

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 013

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Bom-dia!

Estamos, neste momento, no Plenário Deputado Oscar Soares, para abrir a audiência pública solicitada por esta Deputada, em parceria com as Deputadas Federais Celcita Pinheiro, Luci Choinacki e Thelma de Oliveira, que compõem a Comissão Especial que trata da feminização da pobreza no Brasil.

Gostaríamos de cumprimentar todos e todas neste momento, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Declaro aberta esta audiência pública, com o objetivo de discutir o empobrecimento das mulheres do Brasil.

Convido, para compor a Mesa, a Deputada Federal Luci Choinacki, Deputada Federal por Santa Catarina, do Partido dos Trabalhadores, relatora da Comissão Especial (PALMAS); a Deputada Federal Celcita Pinheiro, que é de Mato Grosso, Deputada Federal pelo PFL e membro também da Comissão Especial (PALMAS); o Dr. Mário Roberto Kono de Oliveira, Juiz de Direito do Juizado Criminal da Capital (PALMAS); a professora Vera Bertolini, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (PALMAS); a professora Madalena Rodrigues, Coordenadora do NUEPOM da UFMT (PALMAS); a Sr^a Maria Aparecida Cortez, Secretária de Política Social da CUT e Vice-Presidente do SINTEP (PALMAS).

Gostaríamos também de agradecer a presença de todos e de todas.

Convido todos para em pé cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

Nós gostaríamos, neste momento, de agradecer a presença da Sr^a Vera Carvalho, Presidente da ONG Cidadania; da Sr^a Heloísa Dorileo, Presidente da União Cuiabana do Clube de Mães; da Sr^a Ruth Ushowa Mendonça, da Associação de Defesa dos Direitos do Trabalho e Desenvolvimento das Mulheres e Conselheira Estadual dos Direitos da Mulher; da Sr^a Benedita Lucinéia, Assistente Social da Prefeitura Municipal de Cuiabá; do Sr. Felipe Marques, do gabinete do Deputado Sérgio Ricardo; da Sr^a Dulzen Macedo Cavalcanti, Conselheira do Conselho Municipal da Mulher; do Sr. Wagner Gouver, aluno de Direito da UNIC; da Sr^a Natalina Seiler, estudante do curso de Serviço Social da UFMT; da Sr^a Clotilde Vieira, estudante do curso de Serviço Social da UFMT; da Sr^a Maria José Campos, professora do Estado e do Município; da Sr^a Mônica Caroline Pereira, estudante de Direito da UFMT; da Sr^a Glória Maria Munhoz, do Grupo de Saúde Popular.

Agradecemos a presença de professores e alunos da UFMT; de professores e alunos da Escola Estadual Djalma Ferreira de Souza; de professores e alunos da Escola Estadual Rafael Rueda, do CAIC, onde ontem realizamos uma reunião com mulheres do bairro; de professores e alunos da Escola Estadual Mário de Castro; da Sr^a Carolina Gratão, catequista; do Sr. Natalício Menezes, Secretário Executivo do Fórum de Defesa da Criança e Adolescente; da Sr^a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Maria Luíza Zaniratto, Secretária de Política Social do SINTEP; e do Sr. Jonas Sebastião, assessor do Deputado Federal Carlos Abicalil.

Gostaríamos, neste momento, de convidar, para utilizar a palavra, já que é a proponente do tema na Câmara Federal...

Eu agradeço muito a presença da Deputada Federal Celcita Pinheiro, que é membro da Comissão Especial.

Nós vamos convidar para usar da palavra a Deputada Federal Luci Choinacki, proponente do tema na Câmara Federal.

A SR^a LUCI CHOINACKI - Primeiro, eu quero agradecer a Deputada Verinha Araújo, por entender a importância de fazermos esta audiência pública aqui em Mato Grosso, em Cuiabá, com a presença das lideranças convidadas, das entidades, para, em um dia tão importante, discutir esse assunto. As professoras com as alunas... Parece-me que quem escreveu colocou alunas, mas eu vi só alunas aqui. Então, quem escreveu, corrija, porque são alunas que vieram para este debate.

Gostaria de dizer da importância de vocês terem vindo, porque o debate da pobreza das mulheres não tem idade. A discussão é desde quando nascemos até o final da nossa existência. Nós estaremos discutindo e lutando para que mudem essas relações de preconceito, de discriminação, de não reconhecer o trabalho e os valores que nós, na sociedade, estamos lutando para mudar com muita vontade política, porque queremos buscar o equilíbrio. O mundo está desequilibrado, está cheio de desequilíbrio entre as relações humanas, ambientais, econômicas, culturais, e ele precisa de um equilíbrio para sua própria existência, sobrevivência, e precisamos de tolerância para estar construindo. Então, tem questões importantes.

Nós estamos de parabéns por estar num dia tão importante, num Estado, numa região, para estar discutindo este tema.

O objetivo desta Comissão... Vou falar rápido para que depois os expositores possam estar dando os elementos para que façamos o relatório. A Comissão surge a partir do trabalho que começamos a fazer da aposentadoria das donas-de-casa de baixa renda. Começamos a viajar pelo País e discutir o problema. Por que tantas mulheres não têm nenhum direito? Como é que essas mulheres estão vivendo?

Pegando as pesquisas, os números que são colocados, e começando a dar aos números contornos humanos, porque os números são frios... Eles são frios e muitas vezes não conseguem dialogar com a realidade que as mulheres estão vivendo. Quando começamos a fazer esse trabalho, começamos a ver que o depoimento das mulheres é invisível para a sociedade, que é invisível para as políticas públicas, é invisível para a sociedade, e, muitas vezes, as próprias famílias estão invisíveis. Vimos mulheres com 70, 50 anos que, para sobreviverem, tinham que cuidar de netos, porque cuidaram dos irmãos, ajudaram a criar os irmãos, criaram os seus filhos e agora têm que criar netos, porque não têm uma renda, não têm nenhum direito, pelo empobrecimento que estão vivendo.

Então, a partir disso, começamos a perceber que nós tínhamos, além de continuar esse debate, começar a levantar uma realidade para fazer um trabalho de movimentação e de mudança mesmo, fazer com que as mulheres consigam ter informações e conhecimento, porque o domínio do conhecimento e da informação está com pouca gente, é muito elitizado. Embora numa era de tanta comunicação, a informação e o conhecimento ainda estão para poucas pessoas. Então, precisamos quebrar o muro que tem, a distância dos setores que têm formação e conhecimento para levar informação e conhecimento às mulheres e ouvir, a partir delas, também, como estão vivendo, como as empregadas domésticas estão vivendo, como as donas-de-casa estão vivendo, como as mulheres estão vendo um trabalho que foi dito ser obrigação de mulher, de fazer tudo, de cuidar de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

filho, de cuidar de casa. E ainda tem um ditado que tem obrigação de cuidar do marido. E quem vai cuidar das mulheres? Nem as famílias cuidam. Nem o Estado lembra, ficaram esquecidas.

Então, é preciso começar a lembrar que são seres humanos, que têm necessidades e que precisam fazer um debate cultural para dizer que precisamos dividir as responsabilidades com o Estado - quando falo Estado é entre federados, com municípios com Governos - e com as famílias, diminuir nossos deveres para termos alguns direitos, também.

Ouvir esta fala para fazer um relatório de que estamos fazendo audiências regionais e audiência nacional para que, a partir da realidade desses vários grupos sociais de mulheres índias, negras, domésticas, mulheres que têm militância com luta feminina no Brasil, feministas, possam colocar suas contribuições e quais os desafios que teremos pela frente, para que não seja mais um relatório para justificar que fizemos alguma coisa. Mas que ele possa ser instrumento de mobilização e de luta das mulheres e também de cobrança das políticas públicas. Muitas vezes, pegamos vários governos municipais que fazem de conta que as mulheres não são seus problemas, e que a família é um problema para as mulheres resolverem. Questão de creches, do ensino em turno integral, dificilmente nós encontramos. Das responsabilidades com a saúde pública, de cumprir o SUS. Se nós formos ver, a demanda é tão grande, não se cumpre e nem chega perto do que está na Constituição.

Então é para fazer um pouco este debate e também pegar as experiências que existem. Porque há experiências importantes existindo no Brasil e no mundo, que é tratado com a geração de emprego, com a questão da renda, com a inclusão social, com a questão democrática, com o debate que as mulheres estão fazendo com a sociedade em vários pontos, e que nós vamos fazer nos dias 28 e 29 em Brasília, para fechar esse relatório. Portanto, não é um relatório com a intenção de ficar na gaveta, não. Como nós da Comissão não vamos poder ir, agora, a todos os Estado, será para o próximo período um documento de movimentação política. É preciso fazer com que as de baixo, com quem nunca teve direito, perceba que pode ter direito neste Brasil, que é possível mudar essa realidade, que é possível mudar essa cultura de imposição machista. Muitas vezes, eu brinco sempre, quando o feijão é bem cozido, a comida é bem temperada, bem feitinha, as mulheres nem um obrigado recebem, nem do marido, nem do filho, mas quando chega o dia em que o feijão queima, a reclamação é geral. Então, a auto-estima das mulheres é muito baixa porque só têm obrigações, não têm direitos. Não temos direito nem, muitas vezes, a espaço para dizer o que estamos sentindo.

Então, a proposta dessa Comissão para discutir a pobreza e ver por que as mulheres são pobres, ver por que a classe trabalhadora é pobre. Porque a pobreza é dos trabalhadores, mas nela as mulheres são mais pobres, as negras são mais pobres, as índias são mais pobres. Por que isso? É preciso fazer um debate político, também, nesse sentido. Porque há uma concentração de renda e de riqueza neste País dos quinhentos anos de Brasil. E hoje nós temos 0,001% das famílias brasileiras que têm 45% das riquezas do País, têm as terras, têm os bancos, têm toda riqueza acumulada.

Como nós vamos fazer para mudar essa realidade? É os de baixo não se contentarem em ficar pobre, não aceitarem a miséria, a exclusão, a cultura impositiva. Então, isso é um pouco o sentido de começarmos a promover uma luta importante que dê continuidade às feministas, às mulheres que, historicamente, lutaram para que as mulheres pudessem votar, pudessem participar, mas que, agora, precisamos trazer um outro debate, o da inclusão social e da divisão, também social, do trabalho entre homens e mulheres de um Estado.

Então, é nessa perspectiva que se coloca esse debate, esse seminário. E digo para vocês que eu estou aprendendo muito nesse período. Eu nunca imaginei o aprendizado que teríamos e o preconceito, a discriminação e o sofrimento que as mulheres estão vivendo. Porque, muitas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

vezes, no nosso meio, pensamos que muitas coisas são resolvidas, mas é em um meio tão pequeno. E o silêncio da violência doméstica, da violência não só da dona-de-casa, mas das empregadas domésticas, das mulheres, das jovens, das adolescentes, é muito grande. Muitas vezes, ele não se expressa porque nós precisamos quebrá-lo. E nós estamos quebrando o silêncio e trazendo visível o que é invisível, desde o trabalho, a violência, a falta de distribuição de renda e fazer com que as mulheres percebam que esse mundo pode ser mudado, precisa ser mudado, é necessário ser mudado para buscarmos equilíbrio e justiça social.

Então, eu agradeço e gostaria de dizer que estou muito contente por estar pela primeira vez neste Estado. Já estive em quase todos os Estados deste país, e no Estado de Mato Grosso é a primeira vez que venho. Podem ter certeza de que estou me sentindo muito bem, e fui muito bem recebida.

Ontem, nós tivemos uma reunião para discutir a aposentadoria das donas-de-casa num bairro, onde se reuniram mais de trezentas mulheres. Mulheres que nunca pegaram o microfone, tiveram a coragem de pegá-lo e falar da sua vida, do abandono que estão vivendo e que estão dispostas a lutar.

Quando nós dissemos: Oh, tudo muda com a luta; tudo muda, tudo se constrói, elas começaram a perceber que não vão ter nada pronto. Como um pão precisa do fermento, da farinha, de amassá-lo, de fazê-lo crescer para depois comer, a luta também tem um símbolo meio parecido, e nós mulheres entendemos esse símbolo. Muito obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Deputada Federal Celcita Pinheiro (PAUSA).

A Deputada vai fazer uso da palavra em seguida, após os nossos palestrantes.

Eu gostaria, então, de convidar para usar a palavra, o Dr. Mário Roberto Kono Oliveira, Juiz de Direito.

O SR. MÁRIO ROBERTO KONO OLIVEIRA - Deputada Verinha Araújo, em nome de quem saúdo todas as autoridades que compõem esta Mesa; senhoras de todas as idades; senhores aqui presentes.

Chamaram-me para falar um pouco sobre violência, a violência contra a mulher, e eu estava me lembrando da história de um médico que conheci em Vila Rica, que dizia o seguinte: “Se a história da humanidade fosse diferente, se o homem é que desse a luz, seria da seguinte forma: Adão teve um filho, acabou-se a humanidade. Se Deus depositou este dom à mulher, é porque ele acredita na força da mulher”. Então, eu quero começar por aí.

Mas eu quero descaracterizar essa questão de Deus ser injusto. Não. Deus é muito justo. E mais, ele sabe o que faz.

Mas tirando isso, a violência contra a mulher tem um aspecto muito grande e começa desde a sua infância, em que o rapaz ganha um carrinho, ganha um hominho para lutar, e a menina já começa a ganhar utensílios domésticos, fogõezinhos, panelinhas, ou seja, ela já é orientada a trabalhar em casa, a ser aquela pessoa domesticada. Eu acho que a violência já começa pela infância.

E como Juiz de Direito, se eu for falar de tantos casos de violência, eu acabo passando do horário que me deram, que é pouco. Então, eu falarei mais da violência com a qual nós convivemos no dia-a-dia, que é a violência criminal, essa violência crime praticado pelo homem contra a mulher, e a violência doméstica em especial.

Existem várias formas desse tipo de violência, desde as mais graves, que vão do homicídio, ao estupro, ao atentado violento ao pudor, que é a forma sexual não tradicional, mas mediante violência, até a lesão corporal simples ou a simples ameaça, que aparentemente é simples, mas não é tão simples assim.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Então, eu gostaria de separar esses crimes mais violentos, praticados por uma pessoa que apresenta distúrbios de psicopatia e precisa realmente de um tratamento sério mais grave - e esse tratamento sério mais grave eu não consigo ver, por enquanto, a não ser na forma de encarceramento, a menos que exista um tratamento milagroso -, mas existem outros delitos, principalmente, que são de competência do nosso Juizado Especial Criminal, que é o crime de ameaça, no qual tudo começa e do qual se desencadeia a violência doméstica, em que o cidadão, marido, companheiro, namorado, ameaça a mulher de um mal injusto e grave, ou seja, ele ameaça bater, ameaça matar, ameaça tirar os filhos, são todas formas criminosas de ameaça.

Dessa ameaça, parte-se para a lesão corporal simples ou começam as vias de fato, que na verdade é um tapa, é uma forma de violência que não deixa marca. Então, são vias de fato um tapa, um soco, coisas que não marcam; e depois as lesões corporais, aquelas que deixam vestígios, como dentes quebrados, olhos roxos, hematomas, e assim por diante.

Nessa questão de violência existe sempre uma razão de ser. E é isso que nós trabalhamos em nosso juizado, essa razão de ser, o que está originando essa violência. Não adianta tentar ir pela ponta, não, você tem que descobrir o que está ocasionando isso. Você vê que, em sua grande maioria, o álcool está no meio. Infelizmente, é o alcoolismo... E não precisa ser um alcoólatra, na verdade, ele se embriaga, chega em casa embriagado, ele não é dono de si. E é uma patologia que tem que ser tratada. E as drogas ilícitas, cocaína, *crack*, pasta base, maconha, também tiram a pessoa de sua percepção normal, assim como excesso de ciúmes. Todas essas também são formas de patologia.

Tudo isso, eu quero dizer que são um outro quadro. São pessoas que, na verdade, dependem de tratamento. “Puxa, espera aí, o cara vem, me bate, me ofende e você vem me falar em tratamento para esse cidadão?” A realidade é que, apesar de essas pessoas terem cometido essa violência, as vítimas, na maioria das vezes, não querem ver os maridos fora de casa. “Não, quando ele não bebe, é um bom pai, ele é trabalhador, ele traz comida para dentro de casa”.

Então, nós precisamos cuidar dessas pessoas. A mulher quer o marido de volta, o marido de quando começou, de quando fez aquela promessa de casamento, quando eles namoravam. É isso que ela quer resgatar. É possível? É possível, através de um núcleo psicossocial. Estão aqui as meninas do nosso núcleo psicossocial, psicólogas, assistentes sociais... Levantem-se um pouco para que todos possam vê-las (PALMAS). Elas fazem um excelente trabalho de investigação e tratamento dessas pessoas.

E nessa parte entra a pena alternativa. Pegar essa pena e, ao invés de colocar atrás das grades essa pessoa, o que fará com que comecem a faltar as coisas em casa, você faz com que a pessoa se trate. É alternativo por quê? Porque se ele não se tratar, aí sim, vai preso. Se voltar a agredir, vai preso.

É nisso que nós temos que trabalhar. Nós temos que trabalhar no resgate dessas pessoas e não na sua segregação, na sua prisão, porque nós estaríamos fazendo bandidos. Nós temos a idéia de que tem que ir para a cadeia, e esquecemos que, muitas vezes, ele vai para a cadeia, fica lá por três meses, seis meses, um ano, e volta. Como é que ele volta? Ele volta mais bandido, ele volta mais violento. Então, nós temos que tratar esse cidadão. Nós já cansamos de ver casos em que as famílias se recuperam, a pessoa volta ao seu emprego. Nós temos pessoas que foram drogadas e que hoje são monitoras do grupo Narcóticos Anônimos.

Quer dizer, o resgate é muito alto. Pelas nossas estatísticas, o total de resgate que nós fazemos em todos os delitos, incluindo violência doméstica e outros, dá uma base de 60%, isso sem nenhuma restrição, não é nem reincidência, sem cometer novamente. Agora, com reincidência cairá para 2%, 3%. E a questão do álcool e da violência doméstica chega a ser maior, porque o problema é mais simples, a questão é realmente tratar esse cidadão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Agora, eu deixo para vocês - não dá para me estender tanto - a seguinte mensagem: existe o grande problema, também, da mulher ser passiva... É tipo aquela briga de vizinho, a mulher começa a gritar e os vizinhos pensam: "Meu Deus, está acontecendo alguma coisa". Chamam a polícia... E o cara espancando. Aí, chega a polícia, abre a porta, quando vai segurar o cidadão, ela fala: "Não, deixem ele bater porque está batendo no que é dele". Ou, então, também, aquela que passa e sabe que o marido é violento... Ela passa, tropeça, e o cara fala: "Você pisou no meu pé". E ela rapidinho: "Não, não pisei". E ele fala: "Está me chamando de mentiroso?" E dá-lhe pancada.

Então, a mulher não pode ser dócil, não pode ser um animal ou se nivelar àquele que vai agredir, mas ela tem que mostrar os seus direitos. Ela não pode deixar que a pessoa comece a agressão, porque começa com a ofensa, passa para a ameaça, depois vem um tapa, um soco, espancamento e, depois, morte. É uma coisa progressiva.

Vocês, mulheres de todas as idades, não devem deixar que isso aconteça, mas também não enfrentem. Infelizmente, tem a questão física, nós homens somos mais fortes, na maioria, e a mulher sai perdendo. Então, procurem quem possa ajudá-las. Em Cuiabá, procurem a Delegacia da Mulher, que vocês terão um ótimo tratamento; depois, o nosso Juizado. Se quiserem, podem procurar diretamente o nosso Juizado, porque aí, sim, nós teremos mecanismos para poder auxiliá-las. Só não deixem que isso continue, porque, senão, vai ser cada vez mais agressivo.

Nós temos aqui a Dr^a Miedir, com a Casa de Amparo, que presta um excelente trabalho; nós temos, em Cuiabá, uma Delegacia da Mulher, onde se pode reclamar; um Juizado, onde você vai ter a maior segurança; e, se tiver necessidade, nós temos onde colocar a mulher vítima de violência com os seus filhos, num lugar sadio, onde ela poderá ter uma educação decente, um lugar para ficar, decente e com instrução decente, inclusive com uma mãezona, que é a Dr^a Miedir, para todas essas mulheres de todas as idades.

Eu gostaria que fosse colocado, Sr^{as} Deputadas que se preocupam realmente com este fato, o seguinte: primeiro, é preciso separar os crimes mais graves, e que esses sejam realmente penalizados; os demais, colocar a possibilidade de se decretar a prisão processual, que é uma prisão provisória e preventiva, porque naquele estado em que o cidadão está, às vezes, é necessário guardá-lo, sim, até que ele possa se acalmar, até que ele possa se desvencilhar do álcool que está no corpo dele ou da droga que está no corpo dele. Nós precisamos segurar esse cidadão, para depois tratá-lo. Então, nós precisamos ter essa possibilidade da prisão processual.

Também quero colocar que depois da última reunião, Deputada Verinha Araújo, nós tivemos uma reunião em Florianópolis, nacional, de Juízes de Juizados Especiais, e saiu uma moção, a meu pedido, para que fosse enviado um ofício ao Relator, Deputado Renato Cozzolino, do Rio de Janeiro, para que fossem incluídas algumas formas de penas alternativas nesse caso de violência doméstica, que é esse tratamento que nós aplicamos aqui.

E é simples expandir isso. Mas, meu Deus, isso se faz em nível nacional de que forma? Basta que em cada comarca tenha um psicólogo, um assistente social - parabéns a vocês, profissionais dessas áreas. Um psicólogo, um assistente social... E se não der, um psicólogo faz, um assistente social faz, pessoas que querem também fazem! Basta que tenha isso para se começar e fazer um excelente trabalho em cada comarca. Nós podemos fazer isso...

Eu sei o meu tempo está esgotado. Então, eu paro por aqui.

Obrigado por me ouvirem (PALMAS).

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Obrigada, Dr. Mário. Gostaríamos de anunciar, aqui, a presença da Sr^a Miedir Santana da Silva, que foi a primeira Delegada da Delegacia de Mulheres. Está conosco, aqui, nesta manhã.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Convidamos agora a Sr^a Vera Bertolini, que é Presidente do Conselho Estadual da Mulher, que vai falar sobre o papel do conselho estadual em relação às políticas públicas para a mulher em Mato Grosso.

Eu gostaria de lamentar a ausência dos colegas Parlamentares desta Casa. Que fique registrado, aqui.

A SR^a VERA BERTOLINI - Bom-dia à Mesa. Eu também gostaria de cumprimentar a professora Madalena Rodrigues; o Dr. Mário Roberto; a Deputada Luci Choinacki; a Deputada Verinha Araújo, que juntamente com a Deputada Luci chamou essa plenária; a Deputada Federal Celcita Pinheiro; e a Cida, nossa companheira de luta. Carinhosamente, também gostaria de cumprimentar as mulheres - plagiando o Dr. Mário - de todas as idades, que se fazem presentes; e aos homens também.

É um prazer muito grande dividir as nossas preocupações que são cotidianas, no âmbito da Universidade Federal, como professora, como pesquisadora e, agora, com essa árdua tarefa, pela segunda vez, de tentar conduzir o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher a um bom termo. O que não tem sido tarefa muito fácil.

Eu peço licença até para poder ganhar um pouco mais o meu tempo, para fazer a leitura do meu improviso.

O que me foi solicitado foi que se fizesse uma reflexão sobre o papel do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e sobre as políticas sociais em Mato Grosso.

“Fazer uma abordagem acerca do papel do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e das políticas sociais em Mato Grosso, em especial, em uma audiência pública que tem por objetivo discutir a feminização da pobreza, não é uma das tarefas mais fáceis.

Primeiro, é preciso refletir sobre o lugar reservado para esse e demais conselhos no âmbito do Estado, em nossa região. Segundo, e de igual importância, é necessário fazermos uma avaliação daquilo que se tem definido como políticas sociais aqui, em nosso Estado.

Objetivamente, podemos afirmar que o lugar dos conselhos no Estado de Mato Grosso é o do não-lugar. Ou seja, foram criados por decreto, redefinidos por lei, sobrevivem de acordo com interesse ou não de quem os preside, não tem voz, nem vez. Isso tem trazido frustração às pessoas que os integram, em especial aos representantes da sociedade civil. De parte do Governo, esses são vistos como desnecessários, uma vez que só criticam e não executam atividades concretas que resolvam os problemas afetos às questões que os originaram.

Entendemos que os conselhos são, naturalmente, espaços de conflitos, pois são palcos de lutas, de interesses antagônicos da sociedade civil e do Governo, cujo diálogo nem sempre foi ou é fácil. Eu diria que, ainda, está num difícil processo de construção, vez que são elementos novos de um processo democrático bastante frágil, em se tratando de democracia no Brasil.

Acredito que já é tempo de promovermos uma avaliação séria e competente desse importante mecanismo de controle social.

Eu acho que valeria a pena fazer, aqui, uma reivindicação para que a Assembléia Legislativa promovesse uma audiência pública para avaliar como é que está o funcionamento dos conselhos, em especial os conselhos de direitos. Os conselhos de gestores têm uma dinâmica diferenciada, mas, ainda, carecem de uma avaliação extremamente séria.

No tocante às políticas sociais no Estado de Mato Grosso, especificamente voltadas para enfrentar o desafio, a superação das desigualdades de gêneros, lamentavelmente, são incipientes, frágeis e insuficientes.

O quadro que ora passamos a apresentar, ainda que superficial, evidencia a gravidade da situação das mulheres em nosso Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

De acordo com o IBGE - PNAD/2002, somos 48,21% da população total, contra 51,40% de homens; representamos 36,67% da população economicamente ativa; somos 49,64% da população alfabetizada, contra 50,36% dos homens na mesma condição, no Estado; recebemos, em média, R\$346,00, enquanto os homens recebem R\$538,00, no Estado de Mato Grosso; cerca de 20% das famílias mato-grossenses são chefiadas por mulheres, recebendo até dois salários mínimos e com filhos menores - o que caracteriza, então, o fenômeno do empobrecimento das famílias que são chefiadas por mulheres -; 46,15% das mulheres mato-grossenses estão aptas a votar, enquanto 53,85% de homens estão nessa mesma condição; porém, representamos 13,84% das Vereadoras em Mato Grosso, frente aos 86,09% de homens. Então, macivamente, as Câmaras de Vereadores, nos 139 municípios de Mato Grosso, são compostas por homens. Nas prefeituras, dos 139 municípios do nosso Estado, os homens ocupam 94,96% das vagas, e as mulheres, 5,04%; na Câmara Federal, de uma bancada de oito representantes de Mato Grosso, somos 03 mulheres - o que equivale a 37,50%, e 05 homens - o que representa 62,50%. Aqui, na Assembléia Legislativa, de um total de 24 representantes - a maioria ausente... Sempre que vamos discutir a questão das mulheres, vinte e três Deputados não aparecem. Acho que é meio sintomático: "questão de mulher é para ser discutida por mulher". Não é assim, Deputada Verinha Araújo?

Então, aqui, na Assembléia Legislativa, de um total de 24 representantes, as mulheres têm 4,17% das vagas, ou seja, só temos a Deputada Verinha Araújo no meio de 23 homens, o que equivale a 95,83% do total das vagas aqui da Assembléia Legislativa.

No tocante à saúde, Mato Grosso destaca-se em caso de gravidez precoce. Nós temos um número bastante elevado de meninas grávidas. Também chama atenção o índice de homicídio de mulheres. A mortalidade por câncer de útero é a quarta causa em Mato Grosso. Homicídio é a segunda causa de morte de mulheres em Mato Grosso. Seguida por AIDS. A quinta causa de morte de mulheres em Mato Grosso vincula-se a AIDS. Também chama atenção o índice altíssimo de suicídios em nosso Estado.

As mulheres idosas, aquelas que têm mais de 60 anos, e as jovens entre 15 e 19 anos devem também constituir foco de atenção de políticas sociais, pois essas se constituem arrimo de família, em especial nas áreas mais carentes. Esse também é um fenômeno que é preciso que se focalize políticas públicas para as mulheres idosas que são arrimo de família e com uma precarização muito significativa com relação aos seus salários.

Segundo dados levantados pelo Centro de Direitos Humanos em Mato Grosso, a população pobre e miserável em Mato Grosso é formada por negros, mulheres e indígenas.

Pergunto, qual tem sido nos últimos cinco anos a política de inserção desse segmento? Qual é o lugar ocupado pelos respectivos conselhos no tocante à definição, acompanhamento e avaliação das políticas sociais? Nesse sentido, é preciso recuperar...

Aqui, muito recentemente, nos dias 27, 28 e 29 de maio, tivemos a 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Nós superamos a meta. Nós esperávamos conseguir 20% da realização das conferências municipais no Estado e chegamos a quase 30%.

As mulheres estão ávidas por discutir, não só por discutir, mas também por apontar medidas que representem de fato o atendimento das necessidades das mulheres. As mulheres sabem onde é que o sapato está apertando, seja na questão do analfabetismo entre mulheres, seja com relação ao acesso e posse da terra. As mulheres trabalhadoras rurais, em especial, são desprovidas de atendimento a sua saúde, não têm acesso a bens mínimos, têm dificuldades grandes na hora de comprovar o seu trabalho para efeitos de aposentadorias. E Mato Grosso é um Estado que tem um número expressivo da população na zona rural.

Nós temos, então, um sem-número de questões que precisam ser absorvidas. E, lamentavelmente, temos dificuldades. Dificuldades de diálogo, como eu falei. E uma questão que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

chama muito a atenção é a que eu chamaria de o olhar do Executivo Estadual para a questão das mulheres. É importante recuperar um pouco as inúmeras reivindicações que o movimento de mulheres no Estado tem feito há, pelo menos, dez anos, há exatos dez anos.

Nós constituímos o Fórum Estadual de Mulheres e vimos, desde 1994, apresentando pauta de reivindicação aos governos estaduais. Muitos nos ignoraram nesse trajeto e outros, como o Governo atual, manifestaram-se de uma forma que nos preocupou fortemente. Dentre vinte e dois itens de solicitações que fizemos, um dos itens foi a importância de se criar uma Secretaria Especial de Política para Mulheres, a exemplo do que já temos em alguns municípios no Estado. E a resposta foi altamente desanimadora, exatamente porque a Secretária de Modernização do Estado, Superintendente de Gestão de Modernização, responde:

“Primeiramente, temos que nos reportar sobre o conceito de órgão, que, dentro da administração pública direta, tem a missão de atender e cumprir o determinado constitucionalmente, não deixando de amparar nenhum segmento da sociedade mato-grossense.

Desta forma, não há possibilidade de ser criada uma Secretaria de Estado apenas para atender interesses de um único grupo, qual seja o das mulheres, sob pena de afronta ao princípio da impessoalidade, disposto no *caput* do art. 37, da Constituição Federal da República.

É sabido, também, que já existe dentro do Estado de Mato Grosso o Conselho Estadual do Direito da Mulher, vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania - SETEC, o qual foi criado pelo Decreto nº 828.

O Conselho, enquanto órgão de deliberação coletiva, pode ter suas atividades restringidas a um segmento da sociedade que no caso em tela as mulheres.

Assim, essa primeira reivindicação não possui fundamento algum, pois, no Estado de Mato Grosso, já existe uma entidade específica para cuidar do direito das mulheres.

Portanto, no tocante...” E o que nos preocupa é que esse parecer da Superintendência de Modernização do Estado foi acatado e homologado pelo Secretário de Estado de Administração: “Homologo o parecer retro para que se produzam os devidos efeitos”.

Então, fica muito complicado para nós vislumbrarmos, pelo menos, num curtíssimo prazo, avanços. Eu acho que esses são desafios que nós temos lidado e não nos tem feito desistir da luta, mas tem nos mobilizado para que denunciemos práticas como essa, e isso nos leva a nos articular e fortalecer para avançarmos mais e mais.

Eu agradeço e me coloco à disposição, como sempre, tanto no Conselho como na Universidade. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós gostaríamos que a Vera Bertolini nos repassasse esses dados de pobreza em Mato Grosso que ela apresentou, o relatório da Conferência Estadual da Mulher e esse documento que a senhora acabou de ler para anexarmos ao relatório desta audiência, se possível, esses três documentos.

Agora, vamos convidar para usar da palavra a Sr^a Madalena Rodrigues, Coordenadora do NUEPOM - Núcleo de Estudos e Pesquisas e Organização da Mulher da Universidade Federal de Mato Grosso.

A SR^a MADALENA RODRIGUES - Bom-dia!

Eu quero cumprimentar todas as pessoas que estão fazendo parte da Mesa, as garotas das escolas que estão presentes... Pena que os garotos não vieram. Pena que tem poucos homens. Nós temos que aprender a chamar os homens para as nossas discussões para não ficar só entre nós, porque acaba não avançando muito.

Eu quero ir para um outro caminho do que foi colocado até agora.

E quero lembrar que a história da participação das mulheres na sociedade, dos primórdios até o momento atual, ainda está incompleta, inconclusa. Se olharmos para as histórias

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

oficiais que aprendemos nos bancos escolares, parece que nesse mundo nunca teve mulheres. Ou, se teve, estão escondidas debaixo, atrás do pano, como disse a REDEM (?) em uma pesquisa que fez, parecendo que nós não fazemos parte dessa sociedade.

Então, eu gostaria de lembrar que desde os primórdios as mulheres sempre participaram do que hoje nós chamamos de mundo público. Nós não podemos esquecer que as mulheres coletavam alimentos. E coletavam alimentos para quê? Para alimentação das pessoas porque, naquele tempo, não existia nenhuma família constituída como temos hoje. E, com isso, as mulheres também foram responsáveis pela invenção da agricultura, da tecelagem, da cerâmica e da domesticação de animais.

Portanto, nós temos que perceber que sempre estivemos presentes, apesar da história escrita oficial ter negado que nós estivemos aí. Se olharmos, por exemplo, para a Idade Média, veremos que as mulheres sempre trabalharam: as pobres, as mulheres camponesas, as trabalhadoras rurais. Sempre foi uma prática as mulheres trabalharem. Quando começou a surgir a sociedade capitalista, as mulheres artesãs e de famílias de pequenos comerciantes foram ocultadas em suas casas desenvolvendo esse trabalho, porque as mulheres trabalhavam sem entrar na força do trabalho e, com isso, mostrava a ascensão dos homens, a ascensão da família.

E depois, então, com a sociedade patriarcal aliada à sociedade capitalista, tornou-se muito pior a situação das mulheres, principalmente as mulheres trabalhadoras que passaram a ter uma carga horária muito elevada e salários muito pequenos, quando recebiam.

E as mulheres donas-de-casa, o que elas faziam? O trabalho delas foi considerado invisível, e até hoje continua invisível, não é mesmo, Deputado? Hoje nós estamos lutando para que as mulheres dona-de-casa tenham uma aposentadoria. Por que não temos direito à aposentadoria? Porque não trabalhamos. Nós não fazemos nada. Uma dona-de-casa trabalha? Ela contribui para que a sociedade, através do seu trabalho, mantenha o homem no trabalho. Hoje, nós mulheres também já estamos no trabalho, mas a responsabilidade de cuidar das tarefas domésticas, de cuidar das crianças, de desenvolver um trabalho remunerado, é nossa, é da mulher.

Com isso, eu gostaria de lembrar que a 4ª Conferência sobre a Mulher, organizada pela ONU em 1995, em Beijing, lançou uma plataforma que foi acordada por mais de cento e oitenta países que estavam presentes. E um dos itens da plataforma era que a pobreza atinge desigualmente homens e mulheres. Então, já está lá. Até que enfim nós vemos isso caminhar aqui no Brasil pelos órgãos oficiais, pela nossa Câmara de Deputados. Porque nós achávamos que a plataforma Beijing estava dentro de todas as gavetas, muito bem lacrada, para não serem colocados em evidência os problemas graves que ali foram levantados em relação às mulheres. No ano que vem completaremos dez anos de Beijing, e praticamente o mundo inteiro não colocou quase nada da plataforma em ação. Agora nós podemos refletir porque a pobreza afeta desigualmente homens e mulheres.

Hoje, por exemplo, a Srª Vera colocou que em Mato Grosso mais de 30% das mulheres chefiam sozinhas suas famílias. Isso é a realidade nacional. Mais de 30% das mulheres chefiam sozinhas suas famílias. Por “n” fatores os homens se afastam e as mulheres continuam. A desigualdade salarial, mesmo quando desenvolvem a mesma atividade, é muito grande. Por quê? Porque o salário da mulher é visto como complementar ao salário do homem. Mesmo quando ele está ausente, ainda é complementar. E quem recebe menos dentro do País? Os salários, muitas vezes, atingem proporção de 70% a menos, 56% a menos, chegando às mulheres negras.

Então, realmente, a pobreza está ligada muito às mulheres. Mas, Deputada, nós não queremos mais essa pecha, não. Nós somos responsáveis por todas as questões do mundo e agora ainda vamos ser responsáveis pela pobreza?

A feminização da pobreza nos fala isso. Vocês, mulheres, são pobres e são responsáveis pela miséria do mundo; são responsáveis pela miséria do País; são responsáveis pela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

miséria do Estado, da cidade, etc. Nós já fizemos um trabalho, em um bairro aqui de Cuiabá, Deputada Verinha Araújo, e encontramos lá as famílias e 70% daquele bairro eram de famílias chefiadas por mulheres.

Então, as mulheres ganham menos porque não trabalham, não precisam trabalhar.

Nós tivemos aqui um Governador, tempos atrás, que, numa greve de professores e professoras, ele colocou: “Eu não tenho culpa se as professoras são malcasadas e precisam vir trabalhar, ganhar pouco. Se elas fossem bem casadas e tivessem um marido que as sustentassem, não precisavam ser professoras, reivindicando salário”.

Então, eu acredito que esta visão não é só do nosso Estado, de alguns governadores que passaram por aqui, não, é a visão ainda predominante no país, é a visão ainda predominante no mundo.

Eu trouxe aqui uns dados que gostaria de estar passando para vocês sobre o relatório da ONU, de 96, e que eu ainda não conheço algo ou um outro relatório que conteste este.

“As mulheres realizam 70% das horas de trabalho no mundo; recebem 10% dos salários em circulação; controlam 1% dos meios de produção; representam 4% da cúpula do poder formal; são três em cada quatro pessoas que vivem em situação de pobreza; são duas em cada três pessoas analfabetas”.

Então, gente, com esses dados lançados pela ONU, que ainda não houve uma contestação, não houve uma mudança disso aqui, está bem claro porque há, hoje, essa discussão sobre a feminização da pobreza. Não está?

“...Que falaram 10% dos salários que circulam no mundo.” E olhe lá como nos apoderamos disso.

“...4% das mulheres no poder formal”.

No Brasil, essa realidade não vai muito longe, não. A realidade da Assembléia Legislativa, por exemplo, já foi colocada aqui. É só perguntar para a Deputada Luci ou para a Deputada Celcita o número de Parlamentares que nós temos no Congresso Nacional; o número de Senadoras que nós temos aí.

“Quando também nós ainda defrontamos com uma questão que os males, a sociedade patriarcal, perpassa a cabeça de homens e de mulheres, e que, muitas vezes, temos no Governo mulheres que ainda pensam mais machistamente que os próprios homens” – é outra coisa que temos que combater.

“A nossa invisibilidade ainda continua desde a fala. Os professores, os alunos, os homens, percebemos aqui, adentramos nisso aqui, vamos dizer 90% de mulheres, 10% dos homens, e até a escrita nossa é masculina. Isso nos coloca que nós estamos ainda muito longe de sermos percebidas como cidadãs, de sermos percebidas como mulheres de direito, de sabermos que nós temos que ter uma profissão, que é nosso dever, nosso direito, se nós quisermos estar no mercado de trabalho recebendo salário digno, moradia digna, saúde digna.

Isso nós conclamamos para toda a população brasileira, mas especialmente para as mulheres, porque como vocês viram, pela ONU, já está colocado que as mulheres trabalham muito mais que os homens, porque uma jornada de dona-de-casa começa, para sermos amenas, às 06:00 horas da manhã e termina às 22:00 horas, ou seja, às 10:00 horas da noite, se quisermos ser boazinhas.

E se nós perguntarmos em uma família se a mulher trabalha, vão responder que ela não trabalha, não faz nada. Eu gostaria que um homem ficasse o dia todo na casa tomando conta de tudo isso e depois me dissessem que ele não trabalhou, que ele não fez nada. Eu gostaria de ver um pai correndo atrás de crianças o dia inteiro, acalentando as crianças no braço, desenvolvendo todas aquelas tarefas que nós desenvolvemos, e depois colocasse: “Não, hoje eu não fiz nada”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Nós temos conhecimento de uma troca que foi feita desse jeito, e o professor da PUC de São Paulo, que fez essa troca com a mulher, não agüentou uma semana e já estava pedindo para ela desfazer o contrato: “Você volta a cuidar das crianças, eu volto a fazer os trabalhos” (PALMAS).

Outra coisa que eu gostaria de afirmar para vocês e para as Deputadas é que os atributos, em nossa sociedade, ligados à maternidade são usados para inferiorizar as mulheres. Fatores biológicos como menstruação, gravidez, aleitamento e menopausa constituem álbis para impor uma divisão social do trabalho desqualificadora para as mulheres.

E o mercado de trabalho também está aliado a isso, acha sempre uma forma de pagar menos, haja vista a luta que nós estamos tendo e que tivemos para garantir a licença maternidade de 120 dias, porque isso seria um privilégio para as mulheres. As pessoas não conseguem fazer uma leitura mais ampla de que isso é benefício para a sociedade, porque crianças bem tratadas na infância significam crianças saudáveis, pessoas adultas saudáveis, capazes de melhorar a sociedade e trabalhar melhor na vida. Mas fica como o maior direito das mulheres, que as mulheres querem ficar em casa sem trabalhar, então, pegam 120 dias, depois pegam tantas horas para amamentação. Não vêem que isso é um benefício à criança, um benefício à família, um benefício ao Estado, um benefício à sociedade como um todo. Se não for feita uma leitura sem machismo, sem os valores de uma sociedade patriarcal, isso acaba inferiorizando as mulheres.

Sem falar, também, que hoje nós mulheres, neste país, ainda ocupamos 5% dos postos de trabalho onde os homens ocupam 95%. Há uma segregação sexual das profissões. Ou seja, na alta cúpula, se nós estamos lá, estamos em 5%. E os homens estão em 5% naquelas atividades ditas de mulheres. Por exemplo, na área de serviços domésticos, nós encontramos os homens em uma porcentagem de 5%.

Ontem, eu estive em um bairro de Cuiabá e gostaria de colocar a todos vocês que eu me senti constrangida ao ver a miséria presente no bairro. Depois, quando eu cheguei a uma casa onde a televisão estava ligada, eu fiquei constrangida de ver as mansões de artistas, de trinta milhões de dólares, de quarenta e cinco milhões de dólares, e nós estávamos chegando em um casebre em que mal cabe uma pessoa.

Olhem a injustiça deste mundo, principalmente a injustiça sobre as mulheres, porque hoje nós ainda estamos carregando a história de sermos as responsáveis pela pobreza. Se vocês chegam a um bairro e vêem as crianças nas ruas, perguntam logo cadê as mães dessas crianças. E os pais? Muitas vezes, eles estão ali no boteco enchendo a cara, mas ninguém vê.

A questão do aborto, dessa luta toda que está aí, a culpa é da mulher. E o homem? Ele não faz parte? A mulher vai abortar, por que ela vai abortar? Por que ela quer abortar? Será que se o pai da criança estivesse ali dando força, assumindo a paternidade, as mulheres iriam querer abortar do jeito que estão abortando? Por que nós, sociedade, Estado, fechamos os olhos para essa questão e um milhão e quinhentas mil mulheres praticam aborto clandestino neste país, morrendo, ficando lesadas? Por quê? Porque a miséria é grande, porque a falta de informação é grande, porque não existe planejamento familiar no país.

Então, é uma série de coisas que afetam, de uma certa forma, toda a sociedade, mas afetam muito mais a nós mulheres, porque nós convivemos realmente mais de perto com a miséria.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Peço à companheira Madalena que conclua sua fala.

A SRª MADALENA RODRIGUES - Eu concluirei.

Eu gostaria que houvesse também um olhar para as mulheres trabalhadoras rurais. As meninas começam a trabalhar com menos de 10 anos de idade, a jornada de trabalho varia de dez

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

a dezoito horas, entre as atividades agrícolas e domésticas, apenas 15% das assalariadas rurais afirmam possuir carteira assinada, apenas 12,6% das mulheres têm o título da terra e apenas 7% são beneficiadas com crédito agrícola. Portanto, as desigualdades e a pobreza afetam indistintamente as mulheres do meio rural e as mulheres urbanas de todas as raças, de todos os credos e de todas as idades.

Nós gostaríamos que essa discussão passasse pelo Congresso Nacional e retornasse, mas não nos culpando por sermos pobres, a pobreza tem que ser vista como da população brasileira e não das mulheres que a cada dia estão mais pobres. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Antes de ouvirmos a última palestrante, nós queremos dizer às companheiras e aos companheiros que estão aqui e que queiram fazer algum questionamento ou alguma proposta à Comissão, para este relatório, que por favor se inscrevam com a Mara ou a Rosângela.

Com a palavra, a professora Maria Aparecida Cortez, diretora da CUT, que vai tratar da questão do trabalho, emprego, desemprego e condição de trabalho da mulher em Mato Grosso.

A SR^a MARIA APARECIDA CORTEZ - Bom-dia a todas e a todos.

Que bom que hoje temos um público eminentemente jovem, isso significa que teremos outras pessoas para encaminhar aquilo que já estamos fazendo.

Eu estou duplamente com dificuldades, primeiro, por tratar de assuntos como renda e emprego; depois, por ser a última a falar, depois de ouvir tantas falas bonitas. Mas tentarei deixar minha contribuição.

A partir do momento que me foi solicitado pela Central Única dos Trabalhadores, o que eu fui procurar saber a respeito da minha fala? Eu fui ver quais são os programas e os projetos que as Secretarias e o Estado têm para este segmento, para nós mulheres, e tive dificuldades. Estou há trinta dias tentando buscar algumas informações, e não foi possível ainda, mas eu não desisto.

Verificar quais foram os programas que não foram implantados; o que não deu certo; e como estão as mulheres que passaram pela capacitação. Nós tínhamos aqui um qualificar que fez uma série de curso de capacitação para as mulheres, mas infelizmente não foi disponibilizado.

Dentro desse quadro, eu acho que vale, também, nós pensarmos um pouco no modelo de Estado que temos aqui; pensarmos em qual é o modelo de governo instalado; de que forma esse governo trata as diferenças; como ele se propõe a fazer esse debate...

Infelizmente, nós não temos tido muito respaldo para fazer essas discussões. É um governo que é fechado, centralizador, conservador e que não tem o hábito de dialogar, principalmente quando o diálogo começa por apontar diferenças, por apontar divergências. Isso também é um desafio que está colocado para nós.

Outro desafio é de articular os vários setores do mesmo governo, frente a uma política de desenvolvimento. Como isso está sendo pensado? Não há uma disposição para isso.

Então, não vou repetir, aqui, porque eu tive que me valer dos dados que estão disponíveis no IBGE, e, aí, a professora Vera já apontou muito bem. Apontou que, lá, nós somos uma maioria mais ativa; continuamos recebendo menos salários do que os homens; temos uma escolarização, em algum determinado período, maior em número de anos, de escolarização... Mas isso não tem sido levado em consideração no momento de nos colocarmos no mercado formal, no momento de permanecermos nesse mercado formal.

Então, além daqueles que ela já apontou, eu colocaria, ainda, um outro detalhe de que nós, mulheres, somos, em maior número, quem não recolhe a previdência. Portanto, já na sua fala apontava para isso e de que forma nós iríamos resolver isso. Continuamos a trabalhar anos a fio,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

mas não recolhemos. Somos o maior número de mulheres trabalhando nos empregos domésticos, e também o maior número no Estado de Mato Grosso sem carteira assinada. Portanto, sem direito, sem garantia dos direitos já assegurados.

Quanto à educação, fui, também, na Secretaria de Estado de Educação verificar de que forma a discussão de gênero se dará, se passará currículos... Não há nenhum olhar nesse sentido. Portanto, nossas diferenças, nesse momento, vão continuar se agonizando.

No Estado de Mato Grosso, a pobreza da mulher não difere do restante do País: falta autonomia na economia e permanência no nosso mercado de trabalho formal. Nós temos, aqui, um grande número de mulheres na informalidade, portanto excluídas de qualquer tipo de benefícios.

Uma das situações de extrema preocupação é a ausência de saneamento básico, porque tem implicação na saúde, tem implicação em toda escassez. A mulher continua tendo, também, escassez e está menor, está em defasagem nas capacitações, nos projetos, nas políticas de formação, principalmente com esse olhar voltado à perspectiva de gênero. Está ausente. E as oportunidades de emprego, com certeza, ficam também mais comprometidas.

Nós, da CUT, continuamos fazendo o debate, principalmente, nas ações afirmativas. Nós temos aí uma série de ações que visam fazer o debate, corrigir algumas distorções. No meio sindical, de que eu participo, de onde eu venho, essa situação ainda precisa ser vencida. Nós ainda temos nas estruturas sindicais uma estrutura um pouco verticalizada, um pouco mais masculinizada, mas nós estamos fazendo o debate. Como, também, nos partidos. Não é, Nelson?! Nós vamos, com certeza, com a ajuda dos companheiros homens e mulheres, fazer essa diferença.

Outra discussão que nós temos que fazer no Estado, e dentro do ambiente do qual participo, que é o da educação, com predominância feminina, mas com tratamentos iguais para desiguais - e aí há uma desigualdade, porque somos desiguais, mas somos tratados como iguais - é que na área da saúde o Governo do Estado tem dificultado as licenças. Não tem um olhar diferenciado para as doenças laborais, para as doenças profissionais, características do nosso fazer cotidiano.

Nós temos uma série de mulheres comprometidas, um grande número de mulheres com depressão. Isso tem aparecido muito dentro da nossa categoria. E dentro do Estado, também, é um quadro que preocupa na saúde pública. Essas mulheres têm, cada dia mais, buscado os serviços e não têm tido uma correspondência. Então, nós precisamos estar formulando.

O compromisso que nós vamos assumir é o de continuar buscando as informações, de continuar articulando as políticas nas mais diferentes Secretarias, tanto do Executivo, do Parlamento... Aqui a Deputada Verinha Araújo lamentou a ausência dos Parlamentares. Nós lamentamos a ausência do Executivo, porque uma coisa é nós organizarmos a sociedade, organizarmos o debate, mas isso não pode ser separado, apartado, daqueles e daquelas que fazem, que estão aqui para encaminhar essas políticas.

Então, a não presença da Secretaria do Estado vai dificultar as nossas ações, mas nós vamos continuar fazendo o enfrentamento, porque nós queremos, aqui, tirar desta audiência pública o compromisso das partes. Nós precisamos estabelecer esses compromissos.

O Estado tem que estar presente para responder por aquilo que é da obrigação dele, e a ausência dele nos debates, a forma como vem se comportando, se fechando, não querendo fazer esse diálogo, compromete.

Nós ouvimos, aqui, a professora Vera que falou a respeito do Conselho dos Direitos da Mulher. Na verdade, essa tem sido uma prática deste Governo para com todos os outros conselhos. Aí, nós vamos ter que nos articular, enquanto organização, enquanto movimento, para fortalecer esses conselhos e para fazer o enfrentamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Eu vou encerrar para não repetir, Deputada Verinha Araújo, e podemos disponibilizar aí... O material que consegui da Secretaria de Emprego e Cidadania foi um quadro que relata, que traz, aqui, as mulheres no mercado de trabalho. Este foi o único documento, oficialmente, que nós recebemos, assim mesmo porque recorremos ao centro de direito, ao conselho do trabalho. Só aí nos chegou isso.

Só que temos aqui as mulheres de alguns municípios que estão inseridas no mercado de trabalho. Nós temos, aqui, segundo informe do SINE: 46% das mulheres de Água Boa estão inseridas no mercado de trabalho, chegando aqui na cuiabania, condizendo que 39% dessas mulheres estão no mercado de trabalho.

De 16 a 24 anos, 41% dessas mulheres estão inseridas no mercado de trabalho; de 25 a 39 anos, apenas 45% das mulheres estão inseridas; e acima de 40 anos - que é o meu caso, mais difícil ainda - estamos apenas com 14% inseridas no mercado de trabalho. Também o fator de envelhecermos, de acumularmos mais experiências serve como critérios para selecionar e excluir.

A maior parte das que estão cadastradas no SINE está apenas na situação de cadastrada, aguardando aí uma situação de oportunidade de emprego. Desse total, chefe de família, nós vamos ter em torno de mais de 20%, feito cadastro, aguardando oportunidade; e também que compõe a renda, 55%; independente, 25%.

Então, eu peço desculpa pela limitação da minha contribuição, mas também está em função não só de não estarmos com todos os dados disponíveis, como também de estarmos, ao mesmo tempo, fazendo vários debates, vários enfrentamentos, em várias frentes de trabalhos, o que limita também o tempo de pesquisa. Mas o compromisso da CUT é continuar buscando articular os movimentos às associações, articulando com o Governo, para que nós possamos ter melhores resultados em uma próxima audiência (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Cida.

Peço que esse documento seja disponibilizado à Taquigrafia para constar do relatório. O relatório da audiência pública vai ser disponibilizado para a Comissão Especial da Câmara Federal. Nós vamos inclusive remeter a fita desta audiência pública para a Comissão e, depois, no encerramento, a Deputada vai falar do seminário onde vai apresentar o relatório de toda a audiência pública. Quero convidar agora a Deputada Federal Celcita Pinheiro e, em seguida, os inscritos. Peço que permaneçam, para que nós possamos concluir o trabalho. Nós temos seis pessoas inscritas.

A SR^a CELCITA PINHEIRO - Eu quero ser bem rapidinha, porque eu acho que a discussão é muito mais importante.

Cumprimento a nossa amiga Luci, a quem agradecer pela presença aqui em nosso Estado; a Deputada Verinha Araújo e todas as pessoas que participam a Mesa.

Eu gostaria de falar nesta Assembléia como que é a situação. Eu participei de uma entrega de título de cidadania aqui na Assembléia em que um homem, que não vou citar o nome, foi homenageado. Todos os Parlamentares elogiaram aquele homem, como o que mais trabalhou, que fez tudo neste Estado. Ele sozinho. Aí eu falei, não é possível que esse homem tenha trabalhado sozinho aqui em Mato Grosso. Onde estava a mulher dele? Aí todos se levantaram e descobriram realmente onde estava sua mulher. Não estava em lugar nenhum. Parecia que só ele trabalhara, só ele fizera tudo. A esposa dele não estava lá ajudando. Por isso nós percebemos, por aí se percebe que realmente ainda é cultura nossa. Por isso eles não estão aqui, não é porque têm alguma coisa contra nós. Não estão aqui, porque há falta de cultura, falta de formação. Pensam que nós estaríamos aqui falando mal deles. De jeito nenhum! Nós queremos junto com eles fazer esse trabalho.

Quando a pobreza vem, fica a culpa para nós mulheres, porque realmente nós que trabalhamos, nós que assumimos a responsabilidade, nós que cuidamos de economia. Eu sempre

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

digo que a maior economista deste país chama-se mulher. Então, por isso é que falam que somos responsáveis pela pobreza, porque nós que cuidamos do dinheiro, de filho, e arrumamos, e ajudamos, e cuidamos de menino, e fazemos todo o trabalho. Os homens nos ajudam, mas a responsabilidade maior é da mulher. No final, nós ficamos também com esse compromisso de cuidar também. Mas é até bom, porque hoje nós estamos aqui discutindo isso, para mostrar que não somos só nós. Homens e mulheres, somos responsáveis, sim, por toda essa continuidade.

Eu gostaria de dizer que nós, mulheres, realmente precisamos nos unir. Por que nós temos esse pingão de gato de mulheres no Congresso? Eu sou mulher de um Senador, a outra também é esposa de um Senador, por isso que nós estamos lá. Agora tem uma Senadora lá, mas lá não tem uma mulher que possamos falar: essa mulher saiu de tal classe, representando as mulheres mato-grossenses. Não temos. Então, nós precisamos fazer esse trabalho de votar, de escolher, de lutar por nós, mulheres. Nós não temos essa cultura (PALMAS).

Nós fazemos esse trabalho lá, mas é pequeno. Eu, pelo menos, quero dizer a vocês, mulheres, que todo o trabalho que eu faço, apesar de ser de um partido que, às vezes, não tem nada a ver, que pode até ser criticado, mas o meu trabalho é todo voltado para o social. Eu construí minhas emendas para a habitação. Só mulheres ganharam as minhas casas. Só mulheres. E para minha grande alegria e surpresa a maioria era mulher solteira, mães solteiras que receberam as casas. E as mulheres que tinham marido não foram sozinhas. Foram junto com seus maridinhos. Pobres. Foi aí que eu vi a pobreza do meu Estado. Eu fui entregar lá em Vila Rica, perto de Nova Canaã, em Matupá. Foram mulheres pobrezinhas mesmo que receberam nossas casas. Eu fico até preocupada com isso.

Eu gostaria de dizer a vocês do Conselho que eu acho que o Conselho é importantíssimo para discutir isso. Nós percebemos o que acontece com os governadores que não valorizam, que não dão trabalho. Não é que não querem. Não têm conhecimento do que é o trabalho do Conselho. Acham que é uma disputa, que irá tomar lugar. Não. E nós, mulheres, quando ocupamos um cargo de destaque, viramos igual aos homens. Ficamos fazendo a mesma coisa que os homens. Nós deveríamos ocupar um cargo de destaque no Governo do Estado, na Prefeitura, e trabalhar não para discriminar os homens, mas para fazer um trabalho forte, de mulher. E não fazemos isso. Nós juntamos com os homens e ficamos tudo igual. Então, nós precisamos fazer esse trabalho. Eu percebo e acompanho muito.

Quanto à discriminação de raça, eu nunca tinha visto no meu País isso. Eu estou vendo agora no Congresso Nacional. Existe mesmo discriminação racial neste Estado, neste País, em tudo. Nós caminhamos tranqüilos. Eu não vou ficar complexada por causa disso. Na minha velhice, eu vou me complexar por causa de cor. De jeito nenhum. Eu não quero isso e nem quero para ninguém, mas percebe-se muito bem que existe com muita força.

Então, o que nós, mulheres, temos que fazer. Precisamos nos unir para fazer esse trabalho, para que nesta oportunidade, não criar novas leis, mas que as leis que já existem sejam cumpridas, porque é dessa forma que vamos constituir um país melhor.

Nós estamos na Comissão de Educação fazendo o quê? Um projeto de lei do qual eu sou até relatora, criando nas escolas a psicóloga, a assistente social, para evitar que o professor, além de lecionar, tenha que ir à casa da mãe, do pai, verificar como que essas crianças estão. Vocês pensam que é fácil? Não é fácil, porque nem todos os membros querem que aconteça isso. Já está grosso o processo, que até parece um processo de justiça. Cada hora um apresenta uma emenda, porque não quer assim, não quer as horas... Nós queremos que a assistente social e a psicóloga estejam nas escolas ajudando o professor, como quero e como também acho que é excelente acontecer também nas comarcas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Quanto às casas para as mulheres, fomos nós que colocamos essa emenda para trazer essas duas casas. Tem uma aqui em Cuiabá e outra em Sorriso. Eu acho pouco duas casinhas no meio desse universo de Mato Grosso, mas eu acho que é exemplo que deveria ser seguido, que as pessoas também se interessassem por isso. Eu acho que isso não dá voto, não rende, não é assim não. Nós temos que pensar como uma ação de cidadania e não pensar como retorno só de voto. O voto é importante para ganharmos a eleição, mas também a visibilidade da ação é muito mais importante para mostrar, realmente, porque a mulher está lá.

Eu gostaria de agradecer essa oportunidade para todos vocês e convidar, vocês mulheres, para que somem conosco, nos ajudem nessa grande caminhada, porque não é contra os homens a nossa política. A nossa política é de homens e mulheres que querem o bem do Estado, do País, de todos nós, homens e mulheres, e dos nossos filhos principalmente. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós vamos agora convidar, para usar da palavra, os inscitos, as inscritas - pelo jeito, aqui, só tem um aqui. Nós pedimos para serem bem objetivos, porque, infelizmente, o tempo sempre corre contra, principalmente nesses debates.

Vamos ouvir a Maria Luíza Zaniratto, depois a Sr^a Heloísa Dorileo.

Com a palavra, a Sr^a Maria Luíza Zaniratto, Secretária de Política Social do SINTEP.

A SR^a MARIA LUÍZA ZANIRATTO - Bom-dia aos membros da Mesa e um especial bom-dia às nossas Deputadas Luci Choinacki e Verinha Araújo, nossas cúmplices que estão na luta pela defesa das mulheres como, em última instância, em defesa da sociedade.

Também quero dizer que foi uma pena que a aula tenha encerrado e as nossas alunas tiveram que se retirar desse dia que, para nós, é muito mais aula, muito mais matéria e conhecimento do que às vezes temos, tradicionalmente, trabalhado dentro das escolas.

É um desafio para nós educadoras alterar esse nosso projeto pedagógico dentro das escolas, no nosso currículo, para que de fato ele ensine e promova a aprendizagem de uma sociedade que nós estamos lutando para que seja transformada.

E esse assunto específico já foi pauta, tema de nossa marcha mundial de mulheres de 2000 contra a pobreza e a violência sexista e, com certeza, ele tem nessa marcha muitas propostas que devem estar sendo apreciadas pela Comissão, pela Câmara e pelo Congresso.

Então, como algo que não está começando do zero, não estamos, enquanto mulheres militantes e também homens que se identificam com essa luta, fazendo esta caminhada agora. Ela, provavelmente, é um coroamento do que assistimos agora no Governo Lula e também nos demais Governos que estão comprando essa briga, em alterar, na verdade, a pobreza da humanidade, não em si só da mulher. Porque, quando fazemos a denúncia da pobreza da mulher, nós estamos falando de uma pobreza maior. Nós, enquanto mulheres, nunca fizemos essa distinção.

Mas há o quadro, mais problema da mulher... Eu lembro de já ter lido matéria na África, de que uma pessoa que faz um trabalho social lá, estava debatendo...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A senhora dispõe de um minuto.

A SR^a MARIA LUIZA ZANIRATTO - Obrigada.

...debatendo se os homens não deveriam ter as mulheres, romper com o preconceito da poligamia, para ter dentro de sua casa mais mulheres para protegê-las, porque estavam na rua abandonadas. Então, fazendo essa analogia com o Brasil, qual é, de fato, o problema de abandono das mulheres brasileiras. É cultural? Nós precisamos fazer esse trabalho cultural, também, essa desmistificação. E aí, qual o papel da escola, qual o papel das agências formadoras nesse sentido?

Portanto, quero deixar como proposta também do Programa Fome Zero, e de outros programas que estão aí, do salário família, que, inclusive, na Conferência de Mulheres, agora,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

de políticas para mulheres, nós já trouxemos como proposta, e isso também é subsídio, que essa condição específica de categorias, da nossa sociedade que tem como maioria às mulheres, que se promova uma elevação salarial progressiva e imediata às mulheres que estão na saúde, na educação, nos serviços gerais. Se isso não for feito, não criaremos uma ruptura com o que há hoje, de baixa condição salarial e de trabalho para determinadas categorias, onde a maioria é mulher.

Então, fica a minha proposta de buscarmos esses mecanismos para essa elevação como um motor que irá alavancar a alteração da pobreza das mulheres no Brasil. Muito obrigada. (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Maria Luíza.

Com a palavra, a Sr^a Heloísa Dorileo, Presidente da União Cuiabana de Clubes de Mães, que dispõe de três minutos.

Em seguida, falará o Sr. Natalício Menezes.

A SR^a HELOÍSA DORILEO - Cumprimento a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo. E cumprimento todos que estão participando juntos.

Parabéns a vocês que são jovens e estão aqui. Um dia eu também fui jovem, participava ativamente dessa luta e continuo até hoje.

Eu sou líder comunitária, então, a minha fala não é igual a das técnicas, que falam com dados escritos. Eu falo aquilo que vivo. E, neste momento, eu estou vivendo um momento muito triste em relação às mulheres devido a esse salário mínimo de R\$260,00, que dá continuação à miséria e faz com que as mulheres, donas-de-casa, continuem no seu malabarismo para poderem gerenciar suas famílias para não faltar educação, lazer, vestuário, alimento, saúde e tantas outras coisas necessárias dentro de uma casa.

Dando continuidade a isso, eu também presenciei pela televisão que fizeram reivindicação para se aumentar o salário mínimo para R\$275,00, dizendo que com R\$15,00 se poderia comprar mais fubá. Eu fiquei indignada e registro aqui a minha indignação, Sr^{as} Deputadas Federais, e que essa coisa deprimente que vimos pela televisão nunca mais se repita (PALMAS).

Eu tenho conhecimento do trabalho das mulheres porque vivo no meio da pobreza, pois eu também sou pobre, e de pobreza entendo muito bem. Então, eu quero pedir políticas sociais ousadas e determinantes, mas coisas que se possa cumprir, que se possa fazer e que não fiquem só no papel.

Olha, doutor, o que existe de lei, né? - e que não dão conta de cumprir essas leis... Fazem leis e nós temos que lutar para ter direito nessas leis.

Por que a mulher tem que lutar tanto por direito? Ou será que não somos seres humanos, somos coisas que saiu assim, caído de pára-quadras neste planeta?

Então, existem as mulheres trabalhadoras dos recursos naturais hídricos e das florestas. Estou falando das mulheres pescadoras, das mulheres que moram em povoados ribeirinhos, para que seja valorizada a cultura dessas mulheres, que não queiram que essas mulheres saiam de suas terras, de seus lugares para estar cursando faculdades e tantas outras coisas, porque tem hora que essas coisas fogem o sentido.

Eu já fui professora e nunca falei para aluno meu ir para faculdade. Eu disse para ele ter uma profissão. Depois que ele tiver uma profissão, aí ele pode pagar todas as faculdades que quiser. Enquanto não tem profissão, ele vai lutar muito e a família vai lutar muito mais para garantir esse curso de faculdade que, às vezes, gasta só com um e os outros não têm direito. Então, eu gostaria que se valorizasse a cultura, que se mostrasse novas técnicas a essas pescadoras para a sua sobrevivência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

E às mulheres que trabalham nas florestas, que se valorizasse também a sua cultura e que não ficassem falando para elas que têm que sair dos seus lugares para vir para a cidade, que é muito melhor.

E também, professora e Deputada Verinha Araújo, uma coisa que eu vejo para o momento é a viabilização do turismo. Nós temos muitos artesãos e artesãs. Nós temos que ter espaço para vender essa mercadoria. Aqui em Cuiabá, mesmo, nós temos a Casa do Artesão que dá um impacto. Naquela casa não é todo mundo que entra. É preciso um mercado, uma coisa popular onde se coloca o material para vender, onde as mulheres possam mostrar aquilo que é capaz de fazer.

Eu vejo que estamos pobres, mas não precisamos permanecer na pobreza, porque nós mulheres temos competência de virar esse jogo e de melhorar a nossa condição de vida. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Professora Heloísa, obrigada. Você é uma companheira de luta de muitos anos.

Gostaria de convidar o Sr. Natalício Menezes, que dispõe de três minutos, depois a Maria Helena Caramelo.

O SR. NATALÍCIO MENEZES - Bom-dia a todos. Cumprimento a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo. Eu fiquei feliz quando a Deputada me fez o convite naquela audiência pública sobre a exploração sexual infanto-juvenil, porque em 1999, quando eu cursava na UFMT uma pós-graduação em políticas públicas, cada aluno tinha que realizar um trabalho, e na época eu escolhi o tema feminização da pobreza, até porque minha esposa é Assistente Social, e eu estava olhando os materiais dela, as apostilas, e encontrei um farto material sobre esse tema. Também, na época, uma jovem senhora apareceu na Igreja São Benedito, na missa, pedindo socorro porque ela era mãe de cinco filhos e trabalhava no lixão, o lixão tinha virado uma cooperativa, ela tinha perdido aquele trabalho, o marido dela a tinha abandonado e era ela que chefiava o lar.

Eu escrevi um artigo sobre a feminização da pobreza e hoje, para minha surpresa, está em discussão em nível nacional a formulação de políticas públicas sobre esse tema.

Também fico feliz pela presença de todos, e mais uma vez vejo que a participação dos nossos Parlamentares do sexo masculino hoje não houve, não só nesta audiência pública, mas na audiência da criança e outras, eles não aparecem. Mas, com certeza, na época de eleição, nós veremos muitos movimentos: “mulheres em ação”, “mulheres em trabalho”, “mulheres em desenvolvimento”, nessa hora eles sabem aparecer nos bairros, fornecer cursos de formação gratuitos, para cabeleireiras, de corte e costura...

Eu tenho visto muito isso pelos bairros de Cuiabá. Por trás, está sendo financiado por pré-candidatos. Nessa hora, eles sabem ir atrás da mulher, dizem que a mulher é o número mais expressivo de eleitores, mas na hora de estar aqui discutindo e formulando as políticas públicas, nós não vemos ninguém.

Na hora em que eu cheguei, eu queria até ir embora, eu fiquei com vergonha... Nossa, tanta mulher aqui e só eu de homem! Eu queria ir embora, mas eu pensei: Não, eu vou ficar.

Eu também queria deixar uma moção de repúdio pela não participação da SETEC - Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, além de reforçar para a professora Vera Bertolini essa audiência pública sobre a importância dos conselhos, porque é ali que se formulam as políticas.

Nós vemos que o Estado não tem dado nem um pouco de atenção para os conselhos, principalmente o Conselho da Criança, apesar de nós sermos uma consultoria barata, até grátis, porque no ano 2000, por exemplo, o Conselho da Criança formulou as diretrizes, e hoje eles

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

preferem contratar consultoria de fora para fazer esse novo trabalho, sendo que ali já tem tudo, todo o caminho a seguir.

Com certeza, agora, tendo essa discussão na Conferência Estadual e nas Conferências Municipais, para que vão contratar consultoria, gastar dinheiro, se a própria sociedade já forneceu subsídios para a implementação dessas políticas?

Nós também vimos recentemente aqui, na implantação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, que a Associação de Mulheres não estava nem inclusa na lei. Eu tive acesso primeiro à lei e a repassei à presidente do Conselho, Sr^a Marilene, que não está presente. Eles conseguiram, depois de uma luta árdua na Câmara Municipal, no dia da aprovação da lei, incluir a Associação de Mulheres. Quer dizer, sempre a maioria das mulheres que trabalham, que estão na luta, está ficando de fora, mas na hora do voto, na hora de ir aos bairros, quem vai mesmo, na hora de trabalhar, são as mulheres.

Eu até brinco sempre com a minha esposa, que é Assistente Social. Ela me perguntou: “Você vai à audiência?” Eu falei: Vou. Ela não pôde vir porque trabalha no Programa Sentinela e hoje tem atendimento. Sempre as pessoas falam: “Ah, mas você está em todas. Ela é Assistente Social, você é administrador”. Então, eu brinco: É que alguém lá em casa tem que trabalhar para pagar as contas. É apenas uma brincadeira.

Eu fico feliz por esta audiência pública e espero que possamos contribuir com o nosso trabalho na área da infância e da juventude, até porque fizemos recentemente uma parceria com a Associação de Mulheres, para que cada núcleo existente em Cuiabá esteja trabalhando com 25 adolescentes, e a Pastoral do Menor está dando a capacitação e a formação. Nós já temos frutos positivos desse trabalho em vários bairros de Cuiabá. Muito obrigado. Parabéns a todos e sucesso (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu só quero justificar que nós tivemos a presença de um representante, o Deputado Sérgio Ricardo, e a assessoria do Deputado Ságua justifica que ele não está presente porque está chegando a Cuiabá de hoje para amanhã.

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra a Sr^a Maria Helena Caramelo, membro do Conselho Estadual da Mulher, representando a Assembléia Legislativa.

Também gostaria de dizer, antes de a Maria Helena usar da palavra, que há uma dificuldade muito grande. Nós estamos aqui, eu sou a única mulher na Assembléia Legislativa, mas vocês podem perceber que quando realizamos audiência pública, a cobertura - para começar pela cobertura - é diferenciada.

Eu encaminhei um ofício solicitando que a imprensa da Casa acompanhasse a coletiva, foi protocolado, e hoje me foi dito que ele não havia chegado, mas chegou. Para eu conseguir este plenário para realizar esta audiência pública foi uma dificuldade muito grande, sendo que outras audiências já foram realizadas aqui.

Então, eu quero dizer às companheiras que estão aqui que as dificuldades que enfrentamos no nosso dia-a-dia não são fáceis. As estruturas para nós são diferenciadas em relação a outros mandatos. Eu quero deixar isso registrado aqui, porque também vou colocar isso no Colégio de Líderes. Muito obrigada.

A SR^a MARIA HELENA CAMELO - Bom-dia!

Nós começamos a nossa fala justamente destacando isso que a Deputada Verinha Araújo está colocando. Como única representante mulher dentro do Parlamento, as dificuldades são grandes, isso porque Vossa Excelência representa a maioria; e a maioria, infelizmente, está na fase dos excluídos. Nós temos que parabenizá-la pela iniciativa de trazer essa discussão, que é uma discussão antiga, muito antiga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Hoje, inclusive, quando paramos para conversar a respeito do tema mulher, o que escutamos dos órgãos governamentais, de um modo geral, em tom extremamente jacoso, é que “eu não sabia que mulher tinha tanto problema assim”, mas isso faz com que reflitamos, cada dia mais, sobre essa nossa posição de mulher, porque quando escutamos uma frase como essa, nós vemos que este país, cada vez mais, trabalha com as diferenças e com as adversidades.

O Poder Legislativo teria que trabalhar com as emoções; e emoção é, realmente, uma das grandes qualidades das mulheres. É para isso que estamos aqui, tentando, cada vez mais, fazer essas emoções aflorarem. Como nós vimos a Heloísa falar: “É uma coisa que, realmente, emociona”. Ver a professora Maria Luíza falar realmente emociona. Saber que temos uma série de mulheres guerreiras, que essa guerra tem várias batalhas para serem alicerçadas e que nós, infelizmente, estamos perdendo a maioria dessas batalhas... É por isso que cobramos do Poder Legislativo uma posição firme com relação a isso.

Nós temos que resgatar, sim, esse papel da mulher e essa desigualdade tão gritante que nós vemos todos os dias. Nós estamos com a discussão do Estatuto da Mulher, e é por isso que eu quis usar a palavra. Eu acho que nada mais importante numa discussão, em se tratando da pobreza cada vez maior do gênero mulher, que colocarmos o Estatuto da Mulher em discussão, porque cada vez mais, neste país, nós temos estatutos: o Estatuto do Menor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, o Estatuto das Cidades e o Estatuto, agora, da Mulher.

Isso quer dizer que a nossa situação está ficando cada vez mais difícil, porque a partir do momento que numa sociedade, onde você tem os gêneros extremamente definidos, você tem que ter um estatuto de proteção a um desses gêneros é porque nós temos muito o que discutir, muito que trabalhar e, acima de tudo, o Poder Legislativo resgatar a sua emoção e trazer para dentro de si que homens e mulheres são extremamente diferentes, mas não desiguais. Obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Sr^a Vera Carvalho, Presidente da ONG Cidadania e, depois, a professora Helena Maria Bortolo.

A SR^a VERA CARVALHO - Bom-dia a todos aqui presentes, em nome da Deputada Verinha Araújo. Estou aqui para dizer a todos que a nossa luta é grande. A importância de cada um de vocês está aqui em reivindicar os nossos direitos.

Como Presidente da ONG, convido vocês a serem parceiros do nosso projeto que está alavancando o Estado inteiro a partir deste mês. É de grande valia o conhecimento de todos vocês. Quero que, daqui a um tempo, vocês estejam presentes em nossos seminários, em nossas conferências, porque é através da sociedade civil organizada que nós podemos cobrar dos nossos representantes políticas públicas que realmente venham sanar as deficiências que aí estão.

Então, a ONG está presente e quer estar junto com vocês nos nossos projetos e no nosso primeiro projeto, que está atingindo o Estado inteiro, que é o “Projeto Auto-estima”.

Estamos abertos para receber projetos de vocês, para juntos procurarmos sanar as dificuldades que estamos tendo em nosso Estado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada Vera. Agora, com a palavra, a Sr^a Helena Maria Bortolo.

A SR^a HELENA MARIA BORTOLO - Bom-dia, Vera!

Bom-dia, Luci, companheiras aqui da Mesa, Sr. Juiz, companheiras e companheiros que estão aqui nessa belíssima audiência pública.

Só queria fazer uma menção, Deputadas que estão aqui presentes - Deputada Federal Luci Choinacki, Deputada Federal Celcita Pinheiro e Deputada Estadual Verinha Araújo - de que a educação é eminentemente feminina, e como proposta nós gostaríamos que ela fosse olhada

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

com carinho. Que todos os documentos, cartilhas, todos os debates pudessem ser encaminhados para as nossas unidades escolares.

Não sei como seria o encaminhamento da Casa de Leis, para que nós tivéssemos nas escolas todo esse material que está sendo produzidos no País em relação ao direito da mulher.

Nós, enquanto sindicato dos trabalhadores do ensino público - está presente, aqui, nossa representante Maria Aparecida Cortez - temos feito esse trabalho. Mas é importantíssimo que as escolas discutam com profundidade esse tema. Nesse momento, eu saí de uma grande reunião com coordenadores, ou melhor, com coordenadoras das unidades escolares da rede estadual e a discussão passou pela questão feminina.

Não tem como discutirmos a questão da pobreza da mulher, das unidades escolares, da educação, da evasão escolar, sem fazermos, eminentemente, essa discussão da pobreza feminina e da questão das mulheres. Portanto, é importante que esse espaço de educação, que é a escola, possa ter o empenho do legislativo e, é claro, das mulheres aqui presentes neste espaço importante.

A outra questão é que estamos falando das mulheres. Um tema fundamental. E os relatos, aqui expostos, nos sensibilizam. Com certeza, todas nós estamos sensibilizadas.

Eu quero, aqui, como professora da rede estadual de ensino do Município de Cuiabá, fazer uma conclamação. Uma conclamação a todas as mulheres. Nós falamos da nossa emancipação, da nossa pobreza, mas, no momento em que discutirmos as eleições municipais, eu conclamo a todas que elejam as mulheres que têm respeito, que têm trabalho, que têm vontade de fazer as coisas melhorarem neste País.

Eu, enquanto pré-candidata, conclamo todas as companheiras a analisarem os nomes das mulheres. Não só o meu, mas de todas as mulheres que estão se colocando à disposição e fazendo esse grande desafio para que superemos as deficiências que enfrentamos na Assembléia Legislativa e, especialmente este ano, na Câmara Municipal. Obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Para encerrar, a Deputada Federal Luci Choinacki utilizará a tribuna.

A SR^a LUCI CHOINACKI - Companheiras e companheiros, autoridades aqui presentes, todas essas propostas que foram levantadas, os documentos, serão sintetizados; as denúncias, também. Haverá separação para que nós incorporemos no relatório. Tem um assessor da Câmara destinado a fazer isso. Em alguns lugares, ele acompanha, mas em alguns momentos não. Então, ele vai ter mais serviço, que é o de transcrever. Ele só vai trabalhar um pouco mais, já que ele não conseguiu vir até aqui fazer o seu trabalho, que é o acompanhamento da Comissão Especial Externa. Essa é a questão.

Eu achei muito importante a proposta levantada pela professora desse material chegar às escolas. Então, nós vamos precisar fazer um trabalho e ver como ele pode chegar a um processo para que as educadoras e alunas possam receber e estar discutindo, também, esse tema.

Outra questão, que é importante, é que o debate que está sendo feito é uma continuidade de um processo que se propõe fazer com que o conhecimento de várias leis existentes se materialize na prática. E por onde vai passar? Vai passar por vários meios para fazer uma divulgação, para fazer com que se tenha conhecimento do que existe, do que precisa ser modificado, das conquistas que estão em lei, que estão na prática, para que cheguem às mulheres, para que vejam onde as mulheres estão vivendo. Esse é o grande desafio nosso.

Por que não estamos nem apuradas para votar a aposentadoria das donas-de-casa na Câmara dos Deputados? O relatório até está pronto. Talvez, nós pudéssemos votar, mas não dá para, hoje, contar os votos e ter votação favorável. Será que adianta votar, se ainda, no país, estamos lutando para elas terem coragem de dizer que trabalham, que reconhecem o seu trabalho doméstico?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

Se tu fazes uma pergunta, muitas ainda têm vergonha de dizer que está trabalhando, porque fomos preparadas para acreditar que esse não é trabalho. Então, é uma dificuldade de superação, também, de nós mulheres fazermos com que as mulheres reconheçam que trabalham.

Se tu pegares os dois primeiros artigos da Constituição Federal, dá para resolver todos os problemas de soberania do país: ética, cultural, direitos sociais, humanos... Só que, daí, o que precisa é fazer com que esse conhecimento e consciência do direito chegue às pessoas, chegue aos interessados, àqueles que ficaram excluídos do conhecimento, do direito.

Lembro-me muito bem de quando eu trabalhava na roça. Eu pensava que a minha função era só trabalhar; mas nunca pensava tanto. Eu até encrencava com a minha mãe, dizendo: “mãe, a senhora trabalha demais”. E minha mãe dizia: “mas a gente é destinada para trabalhar, para obedecer”. Eu dizia: “Deus, me livre! Se a minha vida toda vai ser assim...” Mas, de fato, nós a mudamos.

Eu tinha sonho de ser professora, eu queria estudar, gosto de estudar, gosto de ler... Eu achava fascinante a professora ensinando para os alunos. Eu tinha 12 anos e o meu sonho era ser professora, mas o meu pai me trouxe para casa para trabalhar, porque eu era a filha mais velha e na minha família tinha doente, e era pobre.

Então, eu saí da escola. Não porque eu quis, como milhares de mulheres e homens são obrigados a fazer. Mas, depois, o meu caminho, como não gosto das coisas como estão, fui descobrindo através de algumas entidades, movimentos, que podemos transformar a realidade. Esse é o desafio, essa é a compreensão que eu trago e que eu aprendi com as mulheres, com os movimentos, com a luta política, que podemos transformar a realidade.

Houve muitos que estudassem a realidade, muitos conhecimentos da realidade. Agora, o grande desafio é fazer com que a realidade se transforme. Esse é o nosso grande desafio. É por isso que a companheira falou de todos os temas aqui, das questões, dos acordos internacionais no mundo inteiro. Só que só vai mudar para valer se construirmos uma indignação social, uma luta social, e conseguirmos organizar as mulheres e os homens para combater toda essa concentração de renda, para lutar pela distribuição de renda, mudança cultural, para responsabilizar o Estado, para dividir com a família o trabalho doméstico, seja com o marido, com o filho, seja com quem a gente vive, para fazer com que o trabalho doméstico não seja uma obrigação da gente. Até que o Estado não dê conta do recado, mas que as famílias também participem dessa divisão do trabalho e que lutemos para diminuir as horas trabalhadas. Achamos que na vida inteira temos que trabalhar tantas horas. Que hora tu vais ter para botar a tua cabeça para pensar? Fomos condicionados a trabalhar, trabalhar, trabalhar, obedecer, obedecer. Nós estamos com a nossa mente condicionada para isso. Agora, nós temos que desconstruir isso, porque as pessoas morrem de cabelos brancos, cansadas, acabam trabalhando e nem ficam pobres. Os ricos sabem trabalhar bem, só que quem vai trabalhar para eles são os outros.

Então, precisamos começar a pensar em diminuir as horas trabalhadas, fazer uma organização, fazer um movimento político para mudarmos e transformarmos essa realidade. Tudo é conquista, principalmente na questão cultural. As pessoas não mudam, porque mudam de partido, ou porque mudam de entidade, ou sei o quê. Levamos tudo o que aprendemos desde da barriga da nossa mãe. Antes de nascermos, aprendemos a fazer isso e vamos reproduzindo homens e mulheres que vão reproduzindo os mesmos valores. É importante que às vezes façamos até um discurso bonito, mas na prática é difícil.

Um dia meu filho me botou uma peça muito importante. Eu, em casa, sempre lutei para dividir o trabalho. Acho que trabalho tem que ser dividido. Aí eu faço uma coisa, mas o outro tem que fazer outra. Eu gosto de cozinhar, de fazer comida, mas eu gosto também que os outros

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

dividam o trabalho. E sempre lutei e há uma divisão do trabalho. Um dia, meu filho estava cozinhando. Eu sempre gostava, ainda que de lado, de dar uma cheirada na comida, de dizer não pode botar mais isso... Um dia, ele me disse assim: “Quando a mãe estiver cozinhando, eu não vou dar palpite. Então, se continuar dando palpite na minha comida, eu não cozinharei mais”. Eu comecei a aprender com isso. Eu ensino, de fato eu quero que mude, mas eu acho que ainda tenho que tutelar. Então, nós também temos que aprender a deixar os desafios, a fazer diferente, porque os outros fazem diferente conosco, para que os nossos filhos, os nossos companheiros sejam responsabilizados e que respeitemos as condições de cada um para fazer, porque nós também tutelamos, porque nós também queremos ter aquele poderzinho, que é ridículo, mas nós queremos segurar, queremos ter os filhos, todos debaixo dos nossos braços. Nós também temos que mudar isso. Essa, muitas vezes, é a dificuldade das mulheres fazerem essa mudança. Nós até achamos bonito quando falamos, mas, na prática, nós temos que nos esforçar e fazer autocrítica permanentemente para fazermos essa mudança, senão não mudamos tão facilmente.

Então, são nessas questões que nós, muitas vezes, deslizamos o tempo inteiro. Construir a democracia para valer, nós estamos em um processo, porque a verdadeira, a democracia mesmo, é quando acabarmos com as diferenças, quando incluirmos as pessoas nos direitos humanos, pelo menos. Não queremos concentração de renda, não queremos mansão.

Semana passada foi aprovado o Fundo de Moradia, que estava há treze anos na Câmara dos Deputados. Uma emenda popular com mais de um milhão e quinhentas mil assinaturas. Hoje há financiamento pelo Fundo de Garantia, mas para quem tem Fundo de Garantia. Agora, quem está abaixo de três salários, que não tem emprego, que não tem carteira assinada, como irá construir um dia uma casa popular? Hoje, há mais de quatorze milhões de homens e mulheres que não têm uma casa para morar. Foi votado no Congresso Nacional, agora, precisa ser regulamentado e colocado dinheiro para que as pessoas possam fazer suas casas. Nós também não queremos uma mansão, porque não queremos nos incomodar com tanta coisa para limpar e não é esse o nosso objetivo. Queremos uma casa simples, com quarto para os nossos filhos, para nós, com uma sala, uma cozinha, uma varanda, colocar uma rede, para nos organizarmos e vivermos com um pouco de dignidade. Essas são as lutas que nós precisamos fazer com que se transformem em um movimento político.

Quanto a esse documento, o nosso objetivo é fazer com que isso aconteça, para que não seja mais um relatório, mas que faça isso e dê continuidade à luta política dos trabalhadores e das mulheres do Brasil. Em especial, para as mulheres chamarem atenção para buscarem equilíbrio na política, nas decisões, nas relações. É por isso que nós falamos em equilíbrio, porque não queremos assumir nem dominar ninguém. Nós queremos equilibrar as relações, tanto sexuais, como as relações no trabalho, na política. Se nós pudermos ser um dia 50%, será melhor. Nós nem queremos mais para não criarmos a relação de disputa, mas queremos participar de igual para igual, ter as mesmas condições nas diferenças. Eu acho que esse mundo precisa disso. É necessário isso.

As nossas famílias, a luta das mulheres... Nossa! Não é para que haja problema na família. Mas vai trazer problema. Não. Imagina se o homem participar do serviço da casa, a mulher vai ter mais tempo para namorar, para ficar com ele, vai ficar menos cansada. Será que não vai ser melhor para ele? Vai ser melhor. E se ele ama para valer, imagina como vai ser melhor aquele amor que ele tem por ela. A mulher pode amar também mais, porque sente que o amor é verdadeiro, você divide as funções, você não escraviza quem você ama.

Então, são aprendizados que precisamos fazer, e é por isso que não é tão fácil, mas nós temos que ter horizonte de libertação e organizar a nossa emancipação, através de coisas bem concretas e bem práticas, indo ao debate, no dia-a-dia, na nossa casa, no nosso trabalho, no espaço,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

porque esse é o grande desafio. E nós queremos que os homens participem sim. Nós não vamos mudar sozinhas. Não vamos mudar sozinhas.

Agora, primeiro, temos que mudar para fazer mudar os outros. Ninguém muda o mundo nem a sua casa, se não mudar a si mesmo. Então, esse é um grande desafio.

A questão do salário mínimo, companheira, eu acredito no salário mínimo como uma forma de luta política e distribuição de rendas, sim, porque esse é o objetivo dele.

Como e que tu distribuis a renda? É através do salário, é através dos impostos, quem paga imposto e quem não paga. Tu distribuis a renda através de políticas públicas. Então, há formas. Mas um dos grandes distribuidores... E quem mais sai prejudicado com os salários mínimos é a mulher, porque a grande maioria ainda depende do salário mínimo.

Eu acredito que o debate precisa ser encarado. E a marcha mundial de mulheres está fazendo, um grupo de Parlamentares está fazendo, mais gente na sociedade fazendo, e precisamos encarar como uma forma de distribuição de renda, porque até agora, no país, o salário mínimo se discute assim: é um ajuste fiscal. Quanto vai dar de aumento? Mas não é esse o debate. Nós queremos saber o que queremos com o salário mínimo. O salário mínimo vai ser uma distribuição de renda? Qual o processo para recuperar as perdas da inflação antigamente que na história nunca foi reposta? Agora, pelo menos, a inflação está sendo repostada um pouquinho mais, mas nunca foi repostada, sempre enganaram os trabalhadores. E o que está na Constituição sobre o salário mínimo e para garantir os direitos humanos?

Então, se isso vai ser cumprido, você não tem que mudar a Constituição. Para isso, nós temos que ter um processo no país. Então, nesse debate precisa saber o que vai fazer este ano, a médio, a longo prazo, até garantirmos esse processo. Ninguém quer resolver o problema do mundo, e sabemos que ninguém vai resolver num dia, mas precisamos ter um horizonte para que não o percamos.

Então, parabéns à Assembléia Legislativa, à Deputada Verinha Araújo, à companheira da bancada feminina do Congresso, aliás, a Bancada Feminina do Congresso está pegando junto em muitas brigas, e acredito que vamos pegar muito mesmo, precisamos fazer juntas, isso é muito importante; e também às autoridades que estiveram presentes, autoridades mulheres, ao Juiz, pela experiência que está colocando.

Eu falei que vou levar esse relatório de experiências e quero convidar para os dias 28 e 29, em Brasília, e, quem puder participar, vai ser muito importante porque vão ser dois dias com entidades internacionais, entidades brasileiras. E depois, no final, vai ter o relatório onde vão ser colocadas suas contribuições e também experiências. São experiências importantíssimas que estão sendo trabalhadas, porque, muitas vezes, as pessoas dependentes de químicas, tanto drogas lícitas como ilícitas, são tratadas como questão moral, e nós temos que tratar os problemas sociais, econômicos, de saúde pública e, também, psicológicos, que é um grande desafio nosso.

Parabéns e gostaria de contar com a presença de várias pessoas que estão aqui, das lideranças, nesse seminário internacional, que é um processo de ver também o lado importante que está sendo feito, experiências importantes que elas precisam apontar, que a sociedade caminha, porque nós temos em um processo de transformação permanente e cotidiana. Muito obrigada.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Obrigada, Deputada.

Encerrando, nós gostaríamos de agradecer todos os funcionários e funcionárias da TV Assembléia. Esta sessão está sendo transmitida ao vivo e, depois, ela será reprisada.

Gostaríamos também de agradecer a presença das Deputadas Federais Luci Choinacki e Celcita Pinheiro, que são membros dessa Comissão; do Dr. Mário Kono, que é Juiz de Direito; da Sr^a Vera Bertolini, que é presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; a Sr^a Madalena Rodrigues, Coordenadora do NUEPOM; e da Sr^a Maria Aparecida Cortez, Diretora da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL, REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

CUT; e a todos e a todas aqui do plenário, que acompanharam até este momento. Agradeço também os funcionários da Assembléia Legislativa que estão aqui conosco até este momento.

Para encerrar, vamos nos colocar em pé para ouvirmos o Hino de Mato Grosso.
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO.)

A SRª VERINHA ARAÚJO - Está encerrada a presente audiência pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ana Lúcia Bigio;
 - Ila de Castilho Varjão.